

O PREÇO DO SILÊNCIO DA FARIA LIMA E DO AGRO

A Faria Lima passa o dia preocupada com déficit, dívida, juros, câmbio e confiança. O agro reclama do crédito caro, dos impostos, da insegurança jurídica e de um governo que trata quem produz como suspeito. O que não faz sentido é falar de cada um desses problemas enquanto se ignora o que pode impedir qualquer mudança: o sistema cerca a candidatura do único nome com força real para derrotar Lula e recolocar o Brasil no eixo.

Não é preciso adivinhar intenções. Basta olhar o efeito acumulado. Flávio Bolsonaro foi impedido de encontrar Jair Bolsonaro. Sua campanha enfrenta restrições que não pesam da mesma forma sobre os adversários e permanece sob insegurança jurídica constante. Cada medida, vista separadamente, pode parecer uma questão técnica. Somadas, elas dificultam a organização da oposição e avisam a aliados, empresários e apoiadores que a aproximação pode ter custo.

A Faria Lima e o agronegócio assistem a tudo isso como se fosse uma briga alheia. Talvez ainda achem que o problema termina na direita. Não termina. O precedente criado para atingir um adversário político não desaparece depois da eleição. Ele permanece disponível para o próximo alvo.

Hoje é com uma candidatura de direita. Amanhã poderá ser com o banco que se recusar a participar de uma operação conveniente ao governo, com a empresa que rejeitar a cartilha ideológica da vez, com o produtor rural que contrariar um interesse poderoso ou com o empresário que apoiar o candidato errado. Há licenças, investigações, regras tributárias, decisões administrativas e restrições de crédito suficientes para tornar qualquer alvo caro demais para ser defendido.

O mais estranho é ver justamente quem vive de calcular risco agir como se nada disso lhe dissesse respeito. O mercado cobra previsibilidade para os contratos, mas tolera a imprevisibilidade quando ela atinge a política. O agro exige respeito à propriedade, mas se cala quando o arbítrio recai sobre quem representa milhões de eleitores. Como se a liberdade econômica pudesse sobreviver por muito tempo depois que a liberdade política começa a ser relativizada.

Os mesmos setores que temem mais quatro anos de Lula permanecem calados enquanto o único adversário com base popular e musculatura eleitoral para enfrentá-lo é cercado. Depois virão os relatórios sobre deterioração fiscal, aumento de impostos e fuga de investimentos. O agro re fará as contas de crédito, insumos e margem. Os bancos recalcularão o risco Brasil. Todos fingirão surpresa diante de um resultado que ajudaram a tornar mais provável.

O ponto não é exigir adesão a Flávio. É exigir uma eleição na qual o eleitor, e não o sistema, decida qual oposição pode chegar competitiva às urnas. Quando o principal adversário é isolado, constrangido e mantido sob uma pressão que não recai da mesma maneira sobre o governo, a eleição pode conservar calendário, campanha e urna, mas perde parte essencial de sua legitimidade.

Quem hoje se cala porque acredita estar protegido deveria olhar além do próximo balanço. Segurança jurídica não se defende apenas quando o problema chega ao próprio endereço.

Não haverá responsabilidade fiscal duradoura sem mudança de governo. E não haverá mudança legítima se o sistema trabalha para retirar do eleitor a única candidatura capaz de derrotar Lula. Hoje, o alvo é a direita. Amanhã, quando for um banco, uma empresa ou uma fazenda, os desavisados já não poderão dizer que não foram avisados.

- **Silêncio conveniente:** Faria Lima e agronegócio permanecem passivos diante das restrições à candidatura de Flávio Bolsonaro, embora temam as consequências econômicas de uma nova vitória de Lula.
- **Precedente perigoso:** Instrumentos usados hoje contra um adversário político poderão atingir amanhã bancos, empresas, produtores rurais e empresários considerados inconvenientes pelo governo.
- **Liberdades inseparáveis:** Segurança jurídica, propriedade privada e liberdade econômica não sobrevivem quando a liberdade política e a competitividade eleitoral são relativizadas.

